

Nota Técnica GPSB nº 001/2025

Mapeamento Crítico e Participativo de Território: Como construir Mapa Falado?

Público-alvo

Profissionais que atuam em unidades socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social

Novembro de 2025



Introdução

Na política de assistência social, as normas técnicas são um conjunto de diretrizes e padrões que orientam a oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Elas visam garantir a qualidade, a efetividade e a uniformidade das ações, além de assegurar o cumprimento dos direitos dos usuários.

A Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, por meio da Subsecretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social e Gerência de Proteção Social Básica - GPSB, estará publicando uma série de Normas Técnicas contendo diretrizes e orientações com vistas a contemplar demandas levantadas em visitas técnicas a 74 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. As visitas foram realizadas no período de agosto a outubro de 2024 pela equipe da GPSB estadual, visando conhecer a oferta e execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.

O mapeamento do território foi um dos tópicos dialogados com gestores e técnicos municipais durante as visitas. Das 74 unidades de CRAS, apenas 23% informaram possuir algum documento contendo o mapeamento de território. Um total de 56 unidades de CRAS (76% dos visitados) afirmaram não possuir documento com a rede socioassistencial e/ou intersetorial mapeada e 1% das unidades não respondeu.

Na proteção social básica, o mapeamento de território é uma ferramenta essencial para entender as necessidades e vulnerabilidades de uma comunidade, permitindo a criação de estratégias mais eficazes e ações mais efetivas. Além disso, uma das funções do CRAS é manter uma relação próxima com a rede socioassistencial e intersetorial, sendo o mapeamento um instrumento para o fortalecimento dessas articulações.

Sendo assim, esta Nota Técnica GPSB nº 001/2025 tem por objetivo abordar a importância do mapeamento crítico e participativo do território, indicando os tipos de mapeamento que podem ser utilizados, seus objetivos e suas metodologias próprias. Vale ressaltar que a escolha do tipo de mapeamento dependerá dos objetivos específicos de cada projeto e das características do território onde os serviços são ofertados. Por fim, apresentaremos a ferramenta Mapa Falado, que visa um mapeamento de território completo e eficaz para a construção de uma proteção social básica eficiente.

Mapeamento Crítico e Participativo de Território

O mapeamento crítico e participativo de território é uma abordagem que busca compreender e representar um espaço geográfico a partir da perspectiva de seus habitantes, valorizando seus conhecimentos, suas experiências e visões de mundo. Essa metodologia se diferencia dos mapas tradicionais, que geralmente são elaborados por especialistas e apresentam uma visão técnica e objetiva do território.

Esse mapeamento fornece informações para a tomada de decisões e para o planejamento mais assertivo de ações, permitindo a identificação de áreas prioritárias para intervenção, fortalecendo a participação social e o controle social e, também, contribuindo para a construção de políticas públicas mais eficazes. Podemos citar como principais características do mapeamento crítico e participativo de território:

- **Crítica:** busca identificar e questionar as relações de poder, os conflitos e as desigualdades presentes no território, revelando as diferentes formas como o espaço é percebido e utilizado pelos diversos grupos sociais.
- **Participação:** envolve a participação ativa dos moradores do território em todas as etapas do processo de mapeamento, desde a definição dos objetivos até a análise e interpretação dos dados.
- **Territorialidade:** valoriza as diferentes formas de apropriação e significação do território, reconhecendo a importância dos laços sociais, culturais e afetivos que os moradores estabelecem com o lugar.
- **Multidimensionalidade:** considera as diversas dimensões do território, como a ambiental, a social, a econômica, a cultural e a política, buscando uma compreensão integrada e complexa do espaço.

Dentre os objetivos centrais dessa ferramenta, destacamos:

- Promover o empoderamento das comunidades locais, fortalecendo as organizações comunitárias e os movimentos sociais, apoiando suas lutas por direitos e melhorias nas condições de vida.
- Gerar conhecimento sobre o território a partir da perspectiva dos moradores, valorizando seus saberes e suas experiências.
- Identificar e analisar os problemas e as potencialidades do território,

- buscando soluções coletivas e sustentáveis.
- Fortalecer os laços sociais e a identidade territorial, promovendo o senso de pertencimento e a coesão social.
 - Subsidiar a formulação de políticas públicas mais justas e adequadas às necessidades das comunidades locais.
 - Fomentar a educação popular: promover a reflexão crítica sobre o território e a construção de conhecimentos coletivos, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados.

Tipos de Mapeamento de Território

Existem diversas metodologias que podem ser utilizadas e possibilitam elaborar o processo de mapeamento crítico e participativo de território. A seguir, destacamos algumas possibilidades de mapeamento.

1. Mapeamento Geográfico

Objetivo: delimitar a área de abrangência dos serviços, identificando a localização de equipamentos sociais, áreas de risco e características físicas do território.

Ferramentas: mapas tradicionais, sistemas de informação geográfica (SIG), Google Maps, Google Earth.

2. Mapeamento Social

Objetivo: identificar e analisar as relações sociais, culturais e econômicas da comunidade, incluindo grupos vulneráveis, lideranças comunitárias, organizações sociais e redes de apoio.

Ferramentas: entrevistas, questionários, observação participante, oficinas participativas e mapas falantes.

3. Mapeamento de Riscos e Vulnerabilidades

Objetivo: identificar e analisar os fatores de risco e as vulnerabilidades presentes no território, como violência, pobreza, falta de acesso a serviços básicos, desastres naturais e outros.

Ferramentas: matriz de riscos, indicadores sociais, dados estatísticos, entrevistas com profissionais e moradores.

4. Mapeamento de Recursos

Objetivo: identificar e analisar os recursos disponíveis no território, como equipamentos sociais, serviços públicos, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e outros.

Ferramentas: cadastro de recursos, entrevistas com profissionais e representantes de organizações, mapas de recursos.

5. Mapeamento Participativo

Objetivo: envolver a comunidade no processo de mapeamento, valorizando o conhecimento local e promovendo a participação social na identificação de problemas e soluções.

Ferramentas: oficinas participativas, mapas falantes, entrevistas coletivas, grupos focais.

Como Construir o Mapa Falado?

Na premissa de construir um mapeamento de território crítico e participativo, apresentamos a ferramenta Mapa Falado, que consiste em um potente processo com o intuito de captar as percepções e os conhecimentos da comunidade.

O Mapa Falado é uma representação visual de um lugar, acompanhada de uma narração oral, que busca descrever e explicar os elementos presentes no mapa. Essa técnica é útil para diversas finalidades e possibilita a articulação das políticas públicas (assistência social, educação, emprego, desenvolvimento econômico, saúde, lazer, turismo, entre outras), devendo a compreensão ser acessível a toda população.

A seguir, apresentamos diretrizes para a elaboração de um Mapa Falado rico e informativo, visando o melhor entendimento do território, bem como o fortalecimento da comunidade. Para tanto, recomendamos as seguintes etapas.

1. Planejamento

- Defina o objetivo:
 - ⇒ O que você quer mapear?
 - ⇒ Qual o propósito do mapeamento?
 - ⇒ Qual a área a ser mapeada? Delimite o território de abordagem.
- Defina os sujeitos participantes:
 - ⇒ Quem participará?
 - ⇒ Identifique os diferentes grupos que compõem a comunidade (grupos vulneráveis, lideranças, redes de apoio, dentre outros);
 - ⇒ Priorize a participação dos diversos grupos.
- Realize coleta de dados:
 - ⇒ Entreviste moradores, lideranças comunitárias, profissionais de diversas áreas;
 - ⇒ Utilize o método da observação direta do território;
 - ⇒ Busque fontes de dados de órgãos públicos (IBGE, IJSN, secretarias municipais das diversas políticas);
 - ⇒ Use mapas e imagens de satélite;
 - ⇒ Acesse relatórios e estudos sobre a região;
 - ⇒ Pesquise ações ofertadas por organizações da sociedade civil;
 - ⇒ Promova oficinas participativas para construção de mapas coletivos.
- Elabore e escolha os instrumentos:
 - ⇒ Utilize várias técnicas: prepare materiais para as oficinas participativas como papel ou tecido grande para o mapa; canetas, giz de cera, tintas; materiais para representar elementos (recortes, objetos, dentre outros);
 - ⇒ Busque usar recursos móveis que possibilitam o acesso de todas as pessoas;
 - ⇒ Escolha um mapa adequado ao seu objetivo: podem ser utilizados mapas do cotidiano com um mapa rodoviário, turístico, histórico ou até mesmo um mapa desenhado à mão. Certifique-se de que o mapa seja nítido e legível, com os elementos principais bem definidos;
 - ⇒ Se possível, inclua descrições detalhadas de elementos visuais importantes, como cores, formas e texturas. Use referências espaciais definidas, como "à direita", "à esquerda", "acima" e "abaixo", para facilitar a orientação;
 - ⇒ Escolha um espaço amplo e acessível para todos. Crie um ambiente acolhedor e participativo.

2. Execução

- **Introdução:**
 - ⇒ Explique aos sujeitos participantes o objetivo do mapa e como ele será construído;
 - ⇒ Incentive a participação de todas as pessoas envolvidas.
- **Desenho do mapa:**
 - ⇒ Comece desenhando pontos de referência do território;
 - ⇒ Convide os participantes a adicionar seus próprios elementos;
 - ⇒ Encoraje a discussão e o compartilhamento de histórias.
- **Registro das falas:**
 - ⇒ Anote as falas e os desenhos dos participantes durante a criação do mapa;
 - ⇒ Grave as conversas, se possível e sempre com o consentimento dos integrantes, para não perder nenhum detalhe;
 - ⇒ Faça caminhadas exploratórias, que consistem em percorrer o território em grupo, observando e registrando elementos relevantes, como pontos de referência, potencialidades e problemas;
 - ⇒ Colete informações e relatos dos moradores sobre suas experiências e percepções do território, por exemplo, por meio de rodas de conversa;
 - ⇒ Valorize cada conhecimento local e as diferentes perspectivas.
- **Roteiro da narração:**
 - ⇒ Planeje o que será dito sobre cada elemento do mapa. Crie um roteiro que siga uma ordem lógica, como da esquerda para a direita ou de acordo com a importância dos elementos;
 - ⇒ Inclua informações relevantes, como nomes de lugares, distâncias, pontos de referência, curiosidades históricas ou culturais;
 - ⇒ Use uma linguagem objetiva e acessível, evitando termos técnicos desnecessários.
- **Formatos dos Mapas:**
 - ⇒ Você pode criar um Mapa Falado em diversos formatos, como, por exemplo, imagens, vídeos, áudios, aplicativos interativos;
 - ⇒ Ferramentas de mapeamento digital, como o Google Maps, permitem adicionar narrações e outros elementos multimídia aos mapas.

3. Elaboração do diagnóstico (análise e interpretação das informações)

- Organização das informações:
 - ⇒ Transcreva as falas e organize as informações;
 - ⇒ Crie categorias para facilitar a análise.
- Identificação de tendências e áreas prioritárias para intervenção:
 - ⇒ Elabore um diagnóstico completo da situação do território;
 - ⇒ Analise os dados para identificar as principais características do território em mapas, tabelas ou gráficos;
 - ⇒ Identifique os recursos, as potencialidades, as vocações e os problemas da comunidade;
 - ⇒ Analise os dados em conjunto com a comunidade e com profissionais de diversas áreas e diversas políticas.

4. Devolutiva e planejamento de novas ações

- Apresentação dos resultados:
 - ⇒ Apresente os resultados da pesquisa para a comunidade, os técnicos e os gestores públicos e privados;
 - ⇒ Utilize uma linguagem objetiva e acessível;
 - ⇒ Divulgue o mapa, juntamente com representantes dos sujeitos participantes desse processo de construção.
- Planejamento de ações:
 - ⇒ Planeje ações em conjunto com a comunidade, considerando as necessidades e prioridades identificadas;
 - ⇒ Fortaleça as redes de apoio e a participação social;
 - ⇒ Utilize o mapa para planejar ações e projetos.
- Monitoramento e avaliação:
 - ⇒ Monitore e avalie as ações implementadas;
 - ⇒ Realize novos mapeamentos para acompanhar as mudanças no território.

As contribuições para a construção do mapeamento de território não se esgotam por aqui. Na sessão Referências, indicamos materiais que poderão auxiliar na elaboração de mapeamentos críticos e participativos de território.

Considerações Gerais

O mapeamento territorial apresenta centralidade e relevância estratégica do para a efetiva implementação e qualificação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em âmbito local.

O processo de mapeamento, conforme detalhado, demonstra ser uma ferramenta potente para a compreensão aprofundada das dinâmicas socioassistenciais, revelando as necessidades, potencialidades, vulnerabilidades e a oferta de serviços e oportunidades existentes no território. A identificação precisa dos grupos populacionais em situação de risco, a análise da distribuição espacial das demandas e a identificação de recursos (formais e informais), configuram-se como elementos cruciais para o planejamento estratégico e a otimização da gestão e execução dos serviços socioassistenciais.

A utilização de metodologias participativas e a integração de diferentes fontes de dados permitirão a construção de um diagnóstico territorial mais completo e fidedigno, superando visões fragmentadas e possibilitando a identificação de áreas prioritárias para a intervenção social. A articulação com outros setores e atores locais, durante o processo de mapeamento, fortalece a intersectorialidade e a construção de redes de proteção social mais robustas e integradas.

Em suma, o mapeamento territorial não se configura apenas como um levantamento de informações ou um diagnóstico estático, mas sim como um instrumento dinâmico e contínuo de gestão e qualificação da política de assistência social. Sua implementação sistemática e atualizações constantes são fundamentais para garantir a efetividade das intervenções a serem realizadas.

Recomenda-se, portanto, a institucionalização do mapeamento territorial crítico e participativo como prática regular e integrada aos processos de planejamento, gestão e avaliação da política de assistência social. Garantir os recursos necessários para sua realização e a disseminação dos seus resultados para todos os atores envolvidos é de suma importância. A continuidade deste trabalho permitirá o acompanhamento das transformações territoriais e a adaptação das estratégias de intervenção social às novas realidades, contribuindo para a construção de um sistema de assistência social cada vez mais eficiente, justo e inclusivo no território.

Referências

Empoderamento cartográfico: duas estratégias práticas para trabalhar territorialidades no SUAS. Canal "SUAS Conversas". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YqjwKjqZ4uQ>

FARIA, A.; NETO, P. Ferramentas do diálogo: qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA, IEB, 2006.

FERNANDES, W. Guia metodológico para mapas críticos e participativos. 2017. Disponível em: <https://quebradamaps.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/01/guiametodologicoa5-pronto1.pdf>

PASINATO, R. Planejamento territorial participativo: relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira - SP. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

Elaborado por:

Equipe Estadual Gerência da Proteção Social Básica
Camila Nogueira Felsky – Analista do Executivo/Psicologia
Karla Rossana Pereira de Souza – Analista do Executivo/Serviço Social
Nara Coelho de Paula Rosa – Assessoria Técnica
Síria Silene Domigos dos Santos – Analista do Executivo/Serviço Social

Revisado por:

Nilzamara Rosa Tesch Oliveira - Gerente da Proteção Social Básica

Aprovado por:

Fernanda Mota Gonçalves - Subsecretária Estado de Assistência e Desenvolvimento Social

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

KARLA ROSSANA PEREIRA DE SOUZA

ANALISTA DO EXECUTIVO
GPSB - SETADES - GOVES
assinado em 11/11/2025 14:05:37 -03:00

NILZAMARA ROSA TESCH OLIVEIRA

GERENTE QCE-03
GPSB - SETADES - GOVES
assinado em 11/11/2025 15:01:37 -03:00

CAMILA NOGUEIRA FELSKY

ANALISTA DO EXECUTIVO
GPSB - SETADES - GOVES
assinado em 11/11/2025 14:13:36 -03:00

SÍRIA SILENE DOMINGOS DOS SANTOS

ANALISTA DO EXECUTIVO
GPSB - SETADES - GOVES
assinado em 11/11/2025 15:30:42 -03:00

NARA COELHO DE PAULA ROSA

CHEFE NUCLEO QCE-03
GPSB - SETADES - GOVES
assinado em 12/11/2025 08:10:16 -03:00

FERNANDA MOTA GONÇALLO

SUBSECRETARIO ESTADO
SUBADES - SETADES - GOVES
assinado em 11/11/2025 15:30:47 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/11/2025 08:10:16 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por KARLA ROSSANA PEREIRA DE SOUZA (ANALISTA DO EXECUTIVO - GPSB - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-N80XLK>